

Classificações geográficas do jornalismo¹

Thays Assunção Reis²
Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Resumo

Este trabalho tem por objetivo apresentar e discutir três classificações geográficas da atividade jornalística no Brasil, formuladas por Milton Santos (2007[1955]), Wilson da Costa Bueno (2013) e Sônia Aguiar (2016). A pesquisa é de natureza qualitativa e exploratória, fundamentada em uma revisão bibliográfica (Gil, 2002). A partir da análise dessas tipologias, busca-se compreender como os estudiosos delinearão critérios para categorizar o jornalismo segundo sua inserção territorial e abrangência espacial — seja em nível local, regional ou nacional. As classificações analisadas revelam distintas perspectivas teóricas e metodológicas que contribuem para o avanço das investigações sobre o jornalismo praticado fora dos grandes centros urbanos, valorizando as especificidades das práticas comunicacionais em diferentes escalas geográficas.

Palavra-chave: jornalismo; escala; classificações.

Introdução

Ao examinarmos as proposições teóricas sobre a atividade jornalística, a escala, enquanto parcela ou o “recorte” do espaço em que os veículos de comunicação atuam, aparece como um dos elementos geográficos mais comuns nas investigações comunicacionais. Autores clássicos, como o alemão Otto Groth (2011), já formularam tipologias para distinguir os jornais a partir da sua atuação no espaço. Segundo o autor, nenhum jornal tem condições de “publicar” tudo que acontece no mundo. É necessário, que ele limite a sua publicidade a um raio de ação geográfico-social, uma área de distribuição, ou seja, um ‘espaço jornalístico’ dentro do qual possui condições de oferecer ao seu público notícias atuais e relevantes sobre a realidade que o cerca. (Groth, 2011). Neste sentido, a publicidade dos jornais é limitada a recortes espaciais escolhidos para a sua mediação.

Com base nesse princípio, Groth (2011) identificou a existência de, pelo menos, quatro escalas de jornais na imprensa alemã, relacionados à difusão espacial e à estrutura social da publicidade. São eles: o jornal político nacional, o jornal político estadual (ou

¹ Trabalho apresentado no GP Geografias da Comunicação, do 25º Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 48º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professora do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão, campus Imperatriz. E-mail: thays.assuncao@ufma.br

regional), a folha local de uma grande cidade e o jornal municipal (de comarca, distrito ou da terra).

No contexto brasileiro, diversos pesquisadores também já se dedicaram a categorizar a prática jornalística no país a partir de critérios espaciais. É o caso de Milton Santos (2007 [1955]), Wilson da Costa Bueno (2013) e Sônia Aguiar (2016), cujas propostas contribuem para a compreensão das diferentes formas de inserção territorial dos veículos de comunicação.

A partir dessas contribuições, este artigo analisa e discute essas tipologias, considerando a abordagem escalar como instrumento metodológico para refletir sobre as práticas jornalísticas em sua relação com o território. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório e baseada em revisão bibliográfica (Gil, 2002). As proposições foram analisadas, buscando identificar convergências e singularidades nos diferentes modelos.

Conceito de escala

Escala é um dos conceitos mais complexos do pensamento geográfico. Segundo Herod (2011), isso se deve a duas razões: primeiro, pelos dois diferentes significados do termo; e segundo, pela falta de consenso entre os geógrafos quanto à existência real/material das escalas no espaço. Sobre os significados, o autor explica:

Por um lado, há um significado bastante técnico, referindo-se à proporção entre o tamanho dos objetos na superfície da Terra e seu tamanho representado em um mapa - como quando um cartógrafo afirma que um mapa tem uma escala de, digamos, “um a um milhão”, com uma polegada no mapa representando um milhão de polegadas (aproximadamente 15,8 milhas) na superfície da Terra. Por outro lado, o termo “escala” é usado como uma espécie de abreviação para descrever uma unidade de área na superfície da Terra (como quando estudar um fenômeno “em escala regional”) ou a extensão de um alcance geográfico de um processo ou fenômeno (como ao sugerir que um determinado processo é “regional” ou “nacional”) (Herod, 2011, p. xi, tradução nossa³)

³ Texto original em inglês: On the one hand, there is a quite technical meaning, one referring to the ratio between the size of objects on the Earth's surface and their size when represented on a map – as when a cartographer states that a map has a scale of, say, “one to one million,” with one inch on the map representing one million inches (approximately 15.8 miles) on the Earth's surface. On the other hand, the term “scale” is used as a kind of shorthand to describe either an areal unit on the Earth's surface (as when studying a phenomenon “at the regional scale”) or the extent of a process's or a phenomenon's geographical reach (as when suggesting that a particular process is “a regional” or “a national” one).

Essas significações correspondem aos tipos tradicionais de escalas – a *cartográfica*, que indica a relação matemática entre objetos (superfícies) e sua representação gráfica em mapas, maquetes e desenhos; e a *geográfica*, que compreende uma estratégia de apreensão da realidade a partir de recortes espaciais específicos (Castro, 2000). Nesta tese, interessa-nos o segundo tipo, pois nos permite analisar os fenômenos jornalísticos e sua extensão espacial a partir da medida da sua significância, isto é, dos sentidos atribuídos pelos pesquisadores.

A escala geográfica, de acordo Herod (2011), é um conceito central que nos permite dar sentido ao mundo que habitamos. Permite-nos, por exemplo, falar sobre questões de desenvolvimento espacialmente desigual; entender o mundo através de um senso de tamanho (como quando “o local” é visto como menor do que “o global”), de relações de poder (como quando se pensa que “o global” está acabando com a influência das outras escalas, como “o nacional” e “o local”) e, frequentemente, de hierarquia (como quando consideramos a escala global mais importante do que as outras escalas, como a nacional) (Herod, 2011).

Ainda no entender de Herod (2011), as escalas não são naturais, nem simplesmente uma maneira lógica de dividir o mundo para fins de análise, ou tampouco são meras conveniências mentais. Elas são produtos socialmente construídos, “[...] usadas como dispositivos de ordenação em relação à vida social, cultural, política e econômica” (Herod, 2011, p. xiv, tradução nossa⁴), e com consequências reais na vida em sociedade. Desse modo, as escalas existem em múltiplas espacialidades, desde o corpo humano até o espaço global.

Priorizando a perspectiva metodológica, Castro (2014) define a escala (geográfica) como uma medida escolhida para observar, dimensionar e mensurar o fenômeno investigado, ou seja, uma medida para lhe conferir visibilidade no mundo. Em outras palavras, a escala é uma:

[...] forma de dividir o espaço, definindo uma realidade percebida/concebida; é uma forma de dar-lhe um significado, um ponto de vista que modifica a percepção da natureza deste espaço e, finalmente, um conjunto de representações coerentes e lógicas que define modelos espaciais de totalidades sucessivas e não uma progressão linear de medidas de aproximação graduais (Castro, 2014, p. 90).

⁴ Texto original em inglês: [...] scale is used both as an ordering device with regard to social, cultural, political, and economic life.

Seguindo esse caminho, a autora conclui, entre outros aspectos, que a escala: 1. Não existe, o que existe é o fenômeno; 2. É uma estratégia intelectual para abordar o real; 3. É uma abstração ou convenção; 4. A escolha da escala define o que é significativo no fenômeno, o que terá visibilidade; 5. Quando a escala muda, as variáveis significativas do fenômeno mudam; 6. As variáveis explicativas para fenômenos numa escala não se aplicam ao mesmo fenômeno ou a outro, em outra escala (Castro, 2014). Logo, as propostas tipológicas são vistas como recursos didáticos, usados para estabelecer os recortes espaciais e respectivos níveis de análise dos fenômenos investigados tanto pela Geografia quanto por outros campos.

Classificações geográficas: fundamentos e reflexões

Em 1955, o geógrafo Milton Santos propôs uma das primeiras tipologias geográficas para a prática jornalística no país – a classificação funcional dos jornais brasileiros. A proposta baseou-se na área de atuação do jornal, isto é, sua região jornalística. Segundo o autor, cada impresso possui uma “área mais ou menos de influência, o seu raio de ação determinado [...]”. O domínio da notícia é o mundo. Enquanto que o jornal tem o seu domínio limitado, atuando numa determinada área. É a região jornalística” (Santos, 2007[1955], s/p). Baseado nessa concepção, que compreende basicamente a circulação e a cobertura do produto jornalístico, foi definida as seguintes categorias de jornais no país:

O jornal nacional circula na capital da República e em São Paulo, nas capitais estaduais e em camadas restritas das cidades servidas por linhas aéreas diárias. Raramente se aprofunda nas áreas regionais. Toca-lhes, apenas, a periferia. **O jornal estadual** cobre a superfície do estado respectivo. Sua função regional é, porém, tanto mais reduzida quanto mais desenvolvida a economia provincial e a sua rede de transportes. Sua presença como jornal regional se evidencia por sua circulação como o jornal da localidade. Pode também chegar a outro estado. **O jornal regional** circula em sua área respectiva, sofrendo nas bordas a concorrência do jornal da região vizinha. A maior ou menor extensão de sua influência depende de vários fatores, como os horários de ônibus, trens etc. **O periódico local** atende a interesses do lugar onde atua e não raro a problemas de natureza efêmera, animando-se ao sopro de paixões momentâneas, que marcam geralmente o seu tempo de vida ou renascimento (SANTOS, 2007[1955], s/p, *grifo nosso*).

O autor ainda explica que a depender do tipo de categorias funcionais dos jornais (nacionais, estaduais, regionais e locais) seriam formadas “regiões, zonas e subzonas jornalísticas”, ou seja, áreas com tamanhos diferentes e, em alguns casos, inscritas dentro das outras (Santos, 2007 [1955]). Um jornal nacional, por exemplo, consegue circular em

uma área espacial grande com penetração no território das capitais estaduais ou até mesmo de cidades médias.

Nesse ponto, a função dos periódicos dentro do país varia de acordo com suas categorias funcionais. Os diários nacionais desempenham um papel político e econômico capaz de influenciar diversos setores da sociedade, mesmo circulando apenas em alguns centros urbanos servidos por transporte aéreo. Por sua vez, os jornais estaduais, localizados nas áreas metropolitanas das respectivas capitais, “figuram como verdadeiros jornais regionais”, abordando assuntos da política do estado e concorrendo diretamente com os impressos das “cidades sujeitas à sua zona de influência” (Santos, 2007 [1955]). Já o periódico local atende aos interesses e solicitações da localidade onde possui sede, desenvolvendo um protagonismo político e social restrito àquela área geográfica. Finalmente, o autor sugere que o surgimento e a periodicidade de um jornal são determinados por dois fatores: a “vontade regional” e os recursos econômicos. A presença dos dois fatores faria surgir um diário na região. A presença apenas da vontade regional contribuiria para a presença de um semanário ou periódico e a ausência dessas condições determinaria a ausência de órgãos de imprensa (Santos, 2007 [1955]).

No campo da Comunicação brasileira, Wilson da Costa Bueno (2013) elaborou uma proposta taxonômica para os jornais do interior, formada por três escalas de alcance das publicações: **“quase artesanal”, local e regional**. Os dois primeiros jornais têm como limite de “circulação a cidade em que mantêm a sua sede, e o terceiro objetiva exercer sua influência numa determinada região, abarcando, portanto, com sua circulação e cobertura, algumas cidades ou municípios” (Bueno, 2013, p. 45-46).

Quanto às características dos jornais, Bueno (2013) explica que o jornal “quase artesanal” é uma empresa familiar com uma sustentabilidade apoiada na propaganda oficial. “[...] Sua periodicidade é prioritariamente semanal ou trimestral, exatamente porque lhes falta estrutura jornalística ou financeira para uma cobertura diária” (Bueno, 2013, p. 56). O jornal local segue a mesma lógica do “quase artesanal”, com a diferença de que ele está sob a responsabilidade de prepostos dos “caciques políticos”, comumente denominados de “laranjas”. Já o jornal regional se configura juridicamente como sociedade anônima, embora a maior parte das ações esteja em poder de uma família ou grupo. Ele é publicado diariamente e conta com uma organização editorial mais arrojada, com uso de *freelancers* para cobrir localidades fora da cidade-sede, parceiros jornalísticos

de mídia (emissoras de rádios AM, FM, TVs e portais na web) e edições impressas e *on-line* (Bueno, 2013).

Sonia Aguiar (2016), com base na tipologia geográfica de Souza (2013), construiu uma das versões mais atuais e completas de sistematização escalar das realidades jornalísticas no país. Partindo de cinco escalas principais – **Local, Regional, Nacional, Internacional e Global** –, a autora sugere níveis de análise (ou subescalas), recortes espaciais e exemplos jornalísticos/midiáticos próprios. Trata-se de “um instrumento metodológico de mão dupla, que pode partir dos desdobramentos do lugar (cidade, aldeia, bairro, quarteirão, rua etc.) ou da totalidade global (mundo, nação, região, lugar)” (Aguiar, 2016, p.56).

A escala local é formada por quatro subescalas – hiperlocal, microlocal, mesolocal, masolocal - que variam de recortes espaciais extremamente restritos, como uma rua, uma praça ou um bairro, até contextos urbanos mais amplos, como uma cidade inteira, uma metrópole ou mesmo uma região metropolitana. Entre as práticas midiáticas associadas a essa escala estão o jornal mural, o rádio-poste, os jornais de bairro, as rádios comunitárias e outros formatos de comunicação enraizados no cotidiano das comunidades (Aguiar, 2016).

Na escala regional, há quatro variações escalares – microrregião, mesorregião, Estado e macrorregião – que abrangem os aglomerados de pequenas cidades, de cidades em torno de uma cidade-polo, as unidades da federação e as divisões político-administrativas. Alguns exemplos de atuação midiática nesse nível são o jornal e site local, a “grande-imprensa” das capitais, os grupos midiáticos regionais ou nacionais (Aguiar, 2016).

Na dimensão nacional, o país como um todo configura o principal recorte de análise, abrangendo todo o território brasileiro, inclusive as áreas urbanas situadas nas fronteiras. Nesse nível, destacam-se os veículos de comunicação de maior alcance, como redes nacionais de TV, portais de notícias com abrangência nacional, jornais impressos e digitais, emissoras de rádio e canais voltados às regiões fronteiriças. No contexto internacional, a análise se expande para além das fronteiras nacionais, considerando agrupamentos de países em um mesmo continente (zonas intracontinentais) ou relações entre diferentes continentes (áreas transcontinentais). Nesse escopo, os exemplos midiáticos mais representativos são as agências de notícias internacionais e

regionais, responsáveis por difundir conteúdos que circulam global ou continentalmente (Aguiar, 2016).

Encerrando a tipologia proposta por Aguiar (2016), a escala global contempla o planeta como um todo, considerando a totalidade dos países e suas articulações intercontinentais. Nesse nível, destacam-se as corporações midiáticas transnacionais, cuja atuação ultrapassa fronteiras e influencia a circulação de informações em âmbito mundial.

Diante das abordagens apresentadas, é possível observar que cada autor propõe uma tipologia própria para compreender o jornalismo a partir de recortes territoriais e critérios específicos. Embora partam de objetos e contextos históricos distintos, todos compartilham a preocupação de compreender a organização espacial dos veículos jornalísticos. A seguir, apresenta-se um quadro comparativo (Quadro 01) que sistematiza essas propostas, destacando suas categorias, fundamentos analíticos e ênfases conceituais.

Quadro 01 – Sistematização das tipologias

Autor	Ano	Objeto de estudo	Escalas propostas	Características da classificação
Milton Santos	1955	Jornais brasileiros	Nacional, Estadual, Regional, Local	Baseada na área de circulação e influência territorial dos jornais, considerando fronteiras político-administrativas e infraestrutura de transporte
Wilson da Costa Bueno	2013	Imprensa do interior	Quase artesanal, Local, Regional	Estruturada com base na área de circulação dos periódicos e nas condições produtivas, financeiras e político-editoriais dos veículos
Sônia Aguiar	2016	Mídia em geral	Local, Regional, Nacional, Internacional, Global	Considera subescalas, recortes espaciais e exemplos jornalísticos/midiáticos

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

A análise comparativa das propostas revela tanto aproximações quanto divergências entre os autores. Nota-se uma progressiva ampliação do olhar sobre a espacialidade do jornalismo: enquanto Milton Santos ancora sua classificação em critérios físico-territoriais e institucionais, como a infraestrutura de transporte e as fronteiras político-administrativas, Wilson Bueno introduz variáveis de ordem produtiva e editorial, reconhecendo as assimetrias estruturais da imprensa do interior. Por sua vez, Sônia Aguiar avança ao considerar a fluidez das escalas e a complexidade das práticas comunicacionais contemporâneas, incorporando categorias como “internacional” e

“global”, além de reconhecer subescalas e recortes não convencionais. Essa evolução teórica reflete mudanças no próprio campo da comunicação nacional, especialmente a partir da inserção de aportes teóricos da Geografia nos últimos anos. A incorporação dos elementos geográficos na produção científica da comunicação tem permitido compreender o jornalismo não apenas como uma prática discursiva, mas como um fenômeno territorializado, condicionado por fluxos, redes, escalas e articulações locais, regionais e globais.

Nesse sentido, os modelos de classificação comparados nesta análise não apenas organizam o campo empírico, mas também funcionam como chaves interpretativas que ajudam a compreender as diferentes formas de inserção da mídia nos territórios. Ao evidenciar essas distintas abordagens, a análise reforça a necessidade de reconhecer o espaço como categoria central nos estudos sobre jornalismo, especialmente em contextos periféricos ou fora dos grandes centros urbanos, onde as escalas locais e regionais adquirem relevância estratégica para a mediação da informação.

Por fim, as diferentes propostas analisadas revelam que a perspectiva escalar tem se consolidado como uma das principais vertentes nos estudos sobre jornalismo local e regional, ao oferecer critérios para distinguir geograficamente os veículos e compreender sua inserção nos territórios. No entanto, essa não é a única abordagem acionada pelos pesquisadores. Outras vertentes, como os estudos sobre o jornalismo do interior (Assis, 2013; Dornelles, 2004), de proximidade (Camponez, 2002; Jerónimo, 2015), metropolitano (Kramp, 2016), em cidades pequenas (Örnebring et al., 2020) ou médias (Reis, 2022), também são mobilizadas na construção de uma compreensão mais ampla e contextualizada do jornalismo segmentado geograficamente.

Referências

AGUIAR, Sonia. **Territórios do jornalismo**: Geografias da mídia local e regional no Brasil. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2016.

ASSIS, Francisco de. Por uma geografia da produção jornalística: a imprensa do interior. In: XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Intercom, 36, 2013, Manaus. **Anais...**São Paulo: Intercom, 2013.

BUENO, Wilson da Costa. Jornal do interior: conceitos e preconceitos. In: ASSIS, Francisco de Assis (Org.). **Imprensa do interior**: conceitos e contextos. Chapecó: Argos, 2013, p. 45-65.

CAMPONEZ, Carlos. **Jornalismo de proximidade**. Coimbra: Minerva, 2002.

CASTRO, Iná Elias de. O problema da escala. In: CASTRO, Iná Elias de et al (Org.). **Geografia: Conceitos e Temas**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 117-140.

_____. Escala e pesquisa na geografia. Problema ou solução? **Revista Espaço Urbano**, Rio de Janeiro, v. 4, n.1, p. 87-100, jan/jun. 2014.

DORNELLES, Beatriz. **Jornalismo comunitário em cidades do interior: uma radiografia das empresas jornalísticas: administração, comercialização, edição e opinião dos leitores**. Porto Alegre: Sagra Suzzato, 2004.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GROTH, Otto. **O poder cultural desconhecido: fundamentos da ciência dos jornais**. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

HEROD, A. **Scale**. New York: Routledge, 2011.

JERÓNIMO, Pedro. **Ciberjornalismo de proximidade**. Labcom.IFP, 2015.

KRAMP, Leif. Conceptualizing metropolitan journalism: New approaches, new communicative practices, new perspectives? In: KRAMP, Leif et al (Orgs.). **Politics, Civil Society and Participation: Media and Communications in a Transforming Environment**. Bremen: edition lumiere, 2016, p. 151-183.

ÖRNEBRING, Henrik et al. Journalism in small towns: A special issue of Journalism: Theory, Practice, Criticism. **Journalism**, v. 21, n.4, p. 1-6, abr. 2020.

REIS, Thays Assunção. **A cidade de notícias: Um estudo do jornalismo de influência regional de Imperatriz no Maranhão (Tese de doutorado)**. Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2022.

SANTOS, Milton. **Classificação funcional dos jornais brasileiros – As regiões jornalísticas (1955)**. Noticiários da Rede Alcar. ano 7, n. 83, nov. 2007.